



A EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE DO TRABALHADOR NA ATUAL REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: o trabalho voluntário no âmbito da responsabilidade social empresarial como uma estratégia.

Núbia Maria Dias da Cunha¹

RESUMO

Analisa-se a expropriação do tempo livre do trabalhador nos marcos da atual reestruturação capitalista, ressaltando-se a experiência do trabalho voluntário no contexto da chamada responsabilidade social empresarial enquanto uma estratégia central. Depreende-se que as organizações empresariais expropriam o tempo livre do trabalhador em benefício da execução do trabalho voluntário, o que vem configurando um artifício na captura da subjetividade operária.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial, Trabalho Voluntário, Expropriação do Tempo Livre, Captura da Subjetividade Operária.

ABSTRACT

Analyze the expropriation of their free time working on the framework of the current capitalist restructuring, emphasizing the experience of voluntary work within the call corporate social responsibility as a central strategy. It appears that companies expropriate the free time worker for the benefit of the implementation of voluntary work, which is setting up a ruse to capture the subjectivity of workers.

Keywords: Corporate Social Responsibility, Volunteer, Expropriation of free time, Capture the subjectivity of workers.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do sistema do capital se sustenta com base na expropriação do tempo de vida e do tempo livre do trabalhador, historicamente redundado em tempos de trabalho para a manutenção dos privilégios da classe burguesa. O sentido do tempo arquitetado pelos interesses dominante foi imposto à classe trabalhadora, compelida a doar sua subjetividade, “aceitando” destinar além do tempo necessário ao trabalho, o seu tempo livre para atender os imperativos do capital. Nesse sentido, a burguesia ao se apropriar de todo o tempo do trabalhador, impossibilitando mesmo o uso do tempo livre para o descanso, acabou reduzindo o trabalhador à mera função de

¹ Mestre. Universidade Federal do Maranhão (UFMA) nubia_diasdacunha@yahoo.com.br



vendedor de sua força de trabalho. Tirar todo proveito do tempo (e metamorfosear o tempo livre) em algo economicamente rentável é uma das primazias da economia do lucro. Por isso, no capitalismo existe uma extenuante tendência em expropriar o tempo livre para a auto-realização expansiva do capital. A história da disciplina capitalista é a história da expropriação, da luta encarniçada contra o tempo livre do trabalhador, contra o desfrute desse tempo para as necessidades humano - sociais.

A política de expropriação do tempo livre do trabalhador se adensa face o processo da (re) organização temporal e espacial resultante do movimento da reestruturação produtiva fundamentada no toyotismo, atual padrão de produção e do trabalho, que traz severas transformações no ritmo do tempo. Nesse contexto, o capital impulsiona estratégias sutis de supressão do tempo livre, em que se destaca o incentivo conferido pelas corporações empresariais para o envolvimento do seu quadro de funcionários em experiências de trabalho voluntário que assim compõe parte dos artifícios de legitimação da acumulação do capital e de captura da subjetividade operária, tendo em vista fragmentar e debilitar o trabalhador no plano objetivo - material e no subjetivo – ideológico. Sendo assim, é preciso esclarecer que o trabalho voluntário exerce uma funcionalidade aos interesses de crescimento e valorização do circuito da acumulação, o qual será nosso objeto de reflexão.

2 A EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO LIVRE DO TRABALHADOR NA ATUAL REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

No atual regime de acumulação flexível, vivencia-se o aprofundamento do processo de expropriação do tempo da força de trabalho, do tempo livre, uma vez que o capital avança na intensificação da conversão do tempo de não-trabalho em tempo de trabalho para atender às prerrogativas do lucro. A acumulação flexível, segundo Harvey (1992, p.140) [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] Ela também envolve um movimento que chamarei de compressão do espaço-tempo (...) no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de

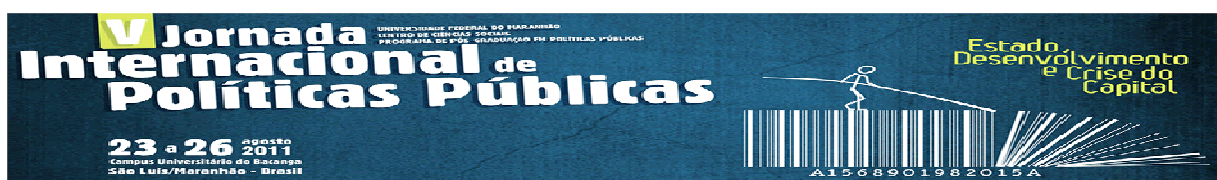


decisão privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitariam cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (HARVEY, 1992, p.13)

Sob a órbita da acumulação flexível, emerge o ideário de um tempo também “flexível”, marcado pela aceleração, pela velocidade e pelo curto prazo de produção, pelas articulações entre o local e o global, pelo estreitamento das relações entre a região periférica e os países centrais, o que favorece plenamente a acumulação capitalista. Pauta-se, desse modo, pela lógica de que o tempo não pára, expropriando todo o tempo de não trabalho às necessidades do grande capital. Como explicita Sevalho (1996, p.223) [...] o tempo veloz do capitalismo mundializado é um tempo que abrange os demais tempos sociais. Não necessariamente os dissolve, mas os incorpora periféricamente, os utiliza segundo seus próprios interesses, e lhes impõe ritmos, permanências e mudanças.

A lógica destrutiva do capital, em sua “avidez por mais trabalho” (MARX, 1988) domina todo o tempo do trabalhador em função do sistema produtor de mercadorias. Sob o corolário do “tempo flexível”, a luta do capital é de que o trabalhador não disponha de tempo livre “[...] como campo do desenvolvimento humano” (MARX, 1988), o que figura uma das piores destruições que o capital vem implementando sobre a humanidade. Marx (1988) rememora que o homem necessita ter tempo livre para produzir valores de uso, para ser feliz e realizar-se a si mesmo. Ao descrever o real significado do tempo livre, o qualificou como essencial ao florescimento de uma subjetividade autêntica do ser livre e universal. Portanto, o verdadeiro sentido do tempo livre diz respeito ao fato de que esse tempo é um elemento fundamental na edificação de formas inteiramente novas de sociabilidade; uma sociabilidade tecida por homens e mulheres livremente associados, na qual, a ética, a arte, a filosofia, tempo livre e ócio, possibilitem as condições para que necessidade e liberdade se realizem mutuamente. Pois, somente através da atividade artística, da poesia, etc, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo e o trabalho tenderá a assumir, o sentido de trabalho livre e auto determinado. (ANTUNES, 1999)

Entretanto, o tempo livre como fundamento da satisfação das necessidades sociais sofre uma total deturpação na contemporaneidade com a emersão da corrente designada de pós-modernismo. Seus representantes prognosticam que a humanidade encontra-se numa fase de novos tempos do capital marcada pela transformação na

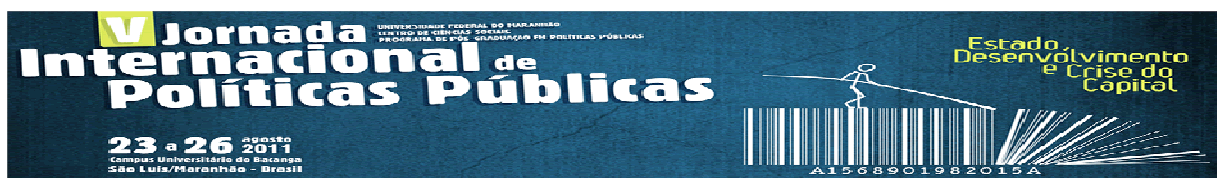


natureza do trabalho que estaria marcando o fim da sociedade industrial e a passagem para uma nova era delineada como pós-industrialismo. No sentido de justificar o surgimento dessa suposta 'nova era', propugnam que a categoria trabalho perdeu sua centralidade e que o trabalho teria sido substituído pela ciência, pela esfera comunicacional ou da intersubjetividade (HABERMAS, 1992); ou pelo reino do "tempo livre" (DE MASI, 1999). De Masi (1999) apregoa que o tempo livre é a base principal da união da humanidade que procura meios de contribuir no alívio do sofrimento dos pobres, partilhando responsabilidades com o Estado, as empresas, as organizações sociais e Igreja, no enfrentamento dos problemas sociais. No argumento neoliberal "[...] ter um tempo livre deve ser o motivo para nos ocuparmos em alguma coisa. O voluntariado, nesse sentido, passa a ser a oportunidade para a ocupação do tempo das pessoas. É um trabalho enriquecedor" (MEISTER apud BONFIM, 2010, p.95).

Sob essa lógica, tempo livre passa a ser identificado como espaço de fazer trabalho voluntário em favor da "solidariedade" transclassista, concepção que se fortalece com a expansão da nomeada responsabilidade social empresarial, enquanto uma estratégia na base da atual reestruturação do capital voltado para a composição de novas relações entre capital e trabalho. A responsabilidade social empresarial se intensifica no mundo inteiro, nos anos oitenta do século XX, conectada ao avanço insaciável do processo de valorização, que funda "a mundialização do capital" (CHESNAIS, 1995). Vincula-se aos imperativos de recomposição da produção da mais-valia, apropriação do tempo livre do trabalhador, reciclagem do sistema de controle, exploração e captura da subjetividade operária, com vistas a adensar a cooperação do operário com a empresa.

No arcabouço teórico do patronato, o comportamento socialmente responsável figura-se como expressão de compromisso com o desenvolvimento sustentável e postura "solidária" e "ética" da empresa. Esse paradoxo envolve, dentre outros aspectos, o desenvolvimento de projetos sociais direcionados à façanha de preservação do meio ambiente, ações calcadas na aparente preocupação com o bem-estar do trabalhador e da sociedade e fomentação de experiências filantrópicas voltadas ao controle da pobreza.

Isto posto, a premissa exposta aqui é que a responsabilidade social empresarial é estratégico aos interesses da dinâmica de acumulação, dado que a faceta da "empresa-cidadã" objetiva criar novas condições de rentabilidade e lucratividade, pois



a empresa é movida por propósitos meramente calculista e utilitarista. Arraigado a isso, vem servindo de mediação ideológica para cooptar a subjetividade operária, haja vista que “o capital continua dependendo da subjetividade do coletivo humano, como elemento determinante do complexo da produção de mercadorias”. (ALVES, 2000, p.55)

3 O TRABALHO VOLUNTÁRIO NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: uma estratégia de expropriação do tempo livre do trabalhador.

Entende-se o trabalho voluntário tal como vem sendo apropriado pelos interesses da racionalidade capitalista, como forma materializada de trabalho não remunerado, dispêndio de força de trabalho produtiva, física e intelectual e um mecanismo de expropriação da subjetividade e do tempo livre do trabalhador.

A usurpação do tempo livre do trabalhador vem sendo mascarada pelo arsenal teórico privatista que impõem o dever moral dos indivíduos em atuar como voluntários no enfrentamento da crise econômica que assola a sociedade brasileira pautada na tese de que “[...] a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classes dos sujeitos sociais, e que a “saída” da crise exige consensos e sacrifícios de todos” (MOTA, 2000, p.101). Instaura-se desse modo uma ampla cultura do voluntariado sustentada na aniquilação do tempo livre dos trabalhadores coagidos a desenvolver ações sociais em prol das questões humanitárias. Na retórica empresarial, [...] o trabalho voluntário é uma obrigação cívica e cristã, uma alternativa que traz o consolo de que alguma coisa está sendo feita e como isso estabelece a paz social aos pobres, compensa o vazio dando-lhes a oportunidade e a sensação de inserção social. Por isso, nossos funcionários são incentivados a ocupar suas horas livres pela inclusão social (CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - ALUMAR, 2011).

Utilizando esse universo teórico, o patronato coopta os funcionários a subtrair o seu tempo livre inculcando na consciência dos mesmos que o novo perfil de trabalhador exigido pela empresa deve assimilar o voluntariado como uma prática cidadã, altruísta, de utilidade social e que diante das mazelas cada um deve contribuir com sua parte mostrando amor ao próximo, comoção, sensibilização, generosidade, compaixão e solidariedade, na sedimentação de uma pretensa harmonia social. Ou seja, no âmbito das

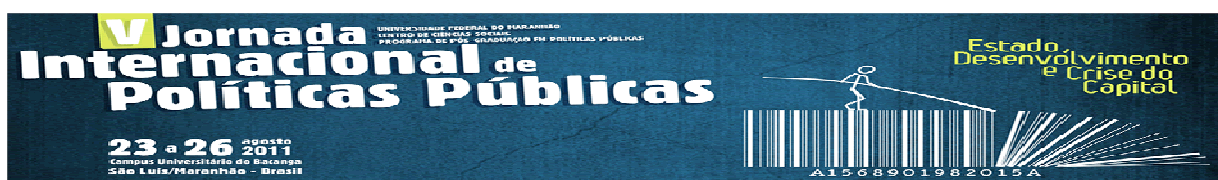


empresas os funcionários são imputados a forjar uma dimensão subjetiva repleta de 'solidarismos'.

No intento de subsumir todo o tempo do trabalhador ao tempo mundial da produção de mercadorias, a empresa açula o operário a planejar o tempo 'exato' e padronizado a ser despendido na produção na fábrica, conforme o princípio japonês do *just-in-time*, e os tempos presumivelmente "livres" a ser destinado no trabalho social em entidades descritas como sem fins lucrativos, nas comunidades circunvizinhas e nos demais âmbitos onde ocorre o investimento da responsabilidade social. Os trabalhadores são impingidos a cumprir assiduamente o tempo destinado ao trabalho voluntário como forma de demonstrar espírito de cooperação com a fábrica. Assim, o tempo livre é expropriado em função de formas de trabalho, como: [...] reformas de instituições (escolas, associações comunitárias, entidades sem fins lucrativos); serviços de manutenção nas entidades (reparos em instalações elétricas e hidráulicas; conserto de móveis e limpeza das instituições); distribuição de sopão comunitário; desenvolvimento de iniciativas como oficinas, dinâmicas e apresentações culturais; realização de atividades recreativas com crianças, adolescentes e idosos; desenvolvimento de palestras com enfoque em variadas temáticas (saúde, educação ambiental, sustentabilidade, etc). (Entrevista com um funcionário voluntário, 2006)

Como se vê, o trabalhador vivencia uma intensa expropriação do seu tempo livre, transfigurado pelo capital em horas trabalhadas para o forçoso trabalho voluntário, o que significa uma total desumanização da força de trabalho. Com efeito, o trabalhador [...] se acha totalmente absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. Constitui uma simples máquina de produzir riqueza para outrem, esmagado fisicamente e embrutecido intelectualmente. (MARX, 1988, p.74-75)

Nessa linha interpretativa, é possível inferir que o trabalho voluntário tem um significado político e ideológico no tocante à necessidade de legitimação do sistema de acumulação do capital nas empresas, um sistema que não tem limites para sua expansão, e é ontologicamente incontrolável e que no interesse de sua auto valorização expropria tudo que possa ser transformado em valor de troca. Em outras palavras significa dizer que a expropriação operada pelo capital vem servindo de mediação ideológica para cooptar a subjetividade operária, dado que o toyotismo, uma lógica de organização da produção de mercadorias tem como principal finalidade a captura da



subjetividade operária que “é uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital” (ALVES, 2000, p.34).

Nessa discussão, é essencial colocar que “o toyotismo possui um poderoso potencial ideológico de cooptação de classe”, pois o seu traço central [...] é a operação de um novo tipo de captura da subjetividade operária pela produção do capital que consideramos como o nexos essenciais da série de protocolos organizacionais, tais como a “autonomação” e “auto-ativação”, just-in-time/kanban, etc (ALVES, 2000, p.39). O toyotismo intenta se apoderar da dimensão subjetiva com vistas a instaurar uma nova hegemonia do capital, no plano da produção.

O trabalhador fica totalmente submetido à manipulação da sua dimensão afetivo-intelectual objetivada por meio de um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo da produção de mercadorias. A isto é importante reiterar que na era da acumulação flexível, o capital desenvolve outras estratégias consensuais com o fim de potencializar a captura da subjetividade operária, em que o pretexto neoliberal do emprego do tempo livre em virtude da “solidariedade voluntária”, da “auto ajuda” e “ajuda mutua” figura uma mediação central. Isto porque o trabalho voluntário conduz ao maior envolvimento do trabalhador dentro da ordem do capital, viabilizando a manipulação da sua consciência para os propósitos da empresa.

A intenção principal da Toyota é dirimir os obstáculos no engendramento do novo tipo de trabalhador, levando o capital a perpetuar a reconstrução de todas as dimensões do eu interior do operário, inculcando condutas morais, culturais, intelectuais, espirituais, éticas, políticas, em suma, novos padrões de sociabilidade consoante com a racionalidade capitalista. Dias (1997, p.93) viceja que “racionalizar a produção é racionalizar um modo de vida”, plasmando um tipo de humanismo adequado ao novo padrão de produção e do trabalho.

Sendo assim, as empresas usam o envolvimento dos funcionários no voluntariado para motivar a sua esfera subjetiva, “abrandar” e “docilizar” a força de trabalho tendo em vista a construção da parceria do trabalho com o capital. O toyotismo tem como característica fundamental a parceria entre capital e trabalho no campo da produção. Nesse sentido, os nexos contingentes gerenciais do toyotismo e as novas tecnologias microeletrônicas exigem como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista (ALVES, 2000), visto que a finalidade primordial é “a

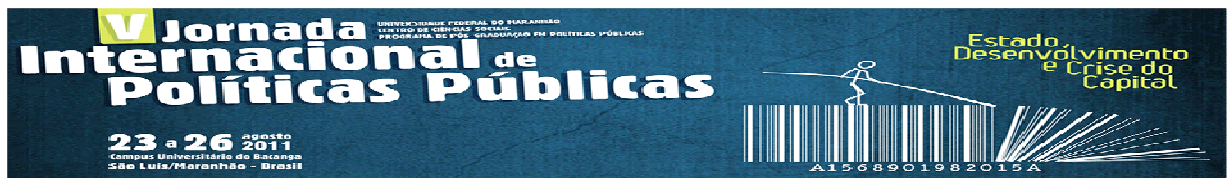


constituição de uma nova subjetividade operária, capaz de promover uma nova via de racionalização do trabalho”. (ALVES, 2000, p.32)

A retórica neoliberal de aproveitamento do tempo livre tem um significado ideológico no sentido de manipular a subjetividade operária “prendendo” o trabalhador no universo empresarial favorecendo a constituição de uma subjetividade servil à lógica da valorização capitalista, dotando o operário da disciplina necessária à operação da linha de montagem toyotista cravejada por um leque de competências e atributos que o mesmo é impelido a manifestar. Além disso, visa quebrar insatisfações e resistências à atual ordem da produção capitalista, obliterar o envolvimento do proletário nos movimentos de lutas sociais. Dentre essas facetas, presumi-se que a expropriação do tempo livre é um viés na debilitação dos sentimentos corporativos, da solidariedade e consciência de classe, mergulhando o trabalhador na teia da alienação do capital.

O traço central da atual reestruturação do capital é o controle e a coibição, ao máximo, das lutas sociais. Para isso, o capital desencadeia “novos” processos de expropriação do tempo livre obscurecidos pela armadilha neoliberal da obrigação moral, ética e cristã do trabalho voluntário como compromisso com a responsabilidade social empresarial, cujo resultado tem sido a anulação do tempo livre que se torna um tempo sem sentido, um tempo impingido e sem proveito algum ao trabalhador. A política de expropriação do tempo livre operada pelas corporações empresariais se move no sentido de deixar o trabalhador sem tempo algum, o que tende a interferir na subjetividade operária impulsionada a viver em função da fábrica, pensando e agindo para o capital. Com isso, se adensa a aceleração da luta entre capital e trabalho pelo controle do tempo livre, acarretando grandes transformações temporais na vida dos trabalhadores.

Posto isso, o entendimento é de que na base das transformações advindas com a reestruturação produtiva que inaugura a fase da chamada acumulação flexível, desenvolveu-se a construção de um aparato ideológico que confere legitimação a esta nova fase do sistema capitalista sustentado na responsabilização do trabalhador a subtrair o seu tempo livre em nome da responsabilidade social. Portanto, a expropriação do tempo livre mistifica um elemento que é essencial à expansão do capital - a cooptação do trabalhador pela empresa que busca a rendição ideológica e política do operário e sua adesão ao projeto do capital.



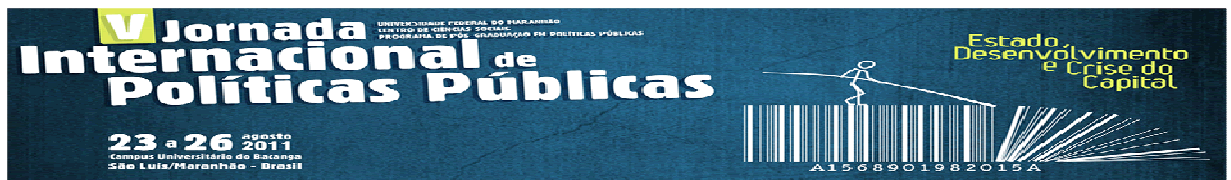
4 CONCLUSÃO

As empresas socialmente responsáveis usam a máscara de “politicamente ética e sustentável” com vistas a potencializar-se no mundo da produção à custa da expropriação do tempo livre da força de trabalho, da espoliação do território de moradia das comunidades circunvizinhas às fábricas que sofrem com as permanentes expulsões e despejos e com os efeitos nefastos operados em relação ao meio ambiente que nesta fase da reestruturação capitalista vêm assumindo maiores proporções em função da aceleração temporal a favor da produção de mercadorias.

A expropriação do tempo livre convertida na anulação desse tempo, traduzida na absorção de trabalho não pago, é funcional ao desenvolvimento do capital, na medida em que vem interferindo na subjetividade operária obstando o envolvimento do trabalhador nos movimentos de luta contra a ordem dominante. Portanto, o trabalho voluntário é ressituated como uma estratégia direcionada para majorar a exploração da força de trabalho de maneira mais intensa e mais sofisticada, culminando numa total violência em relação ao trabalhador.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BONFIM, Paula. **A “Cultura do Voluntariado” no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1995.
- CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <[http://: www.alumar.com.br](http://www.alumar.com.br)>. Acesso em: 28 mar. 2011.
- DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im) possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. **A Teoria da Ação Comunicacional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.



MOTA, Ana Elizabeth. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo: Cortez, 2000.

KARL, Marx. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura, 1988. livro 1, v. 1, t. I e II.

SEVALHO, Gil. Velocidade/aceleração temporal e infecções emergentes. *Epidemiologia e tempo social*. **Manguinhos**. V.III.jul./out, 1996, p.217-236.